



ATA N.º 76

16-09-2020

Handwritten signatures in blue ink:
1. A signature starting with 'H'.
2. A signature starting with 'M'.
3. A signature starting with 'N'.
4. A signature starting with 'J'.
5. A signature starting with 'J'.

Aos dezasseis dias do mês de setembro de dois mil e vinte, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Cuba, sob a presidência do Senhor Presidente da Câmara João Manuel Casaca Português, realizou-se a septuagésima sexta reunião ordinária deste Órgão Executivo, com a participação dos Senhores Vereadores Luís José de Brito Camacho Barriga, Francisco Xavier Candeias Fitas e Maria Jacinta Cardoso Grilo e Noémia Ermelinda Rocha Frago Ramos. -----

Participou também nos trabalhos o Chefe da Unidade de Apoio Jurídico, Desenvolvimento, Cultura e Sociedade, em regime de substituição, Vitor Manuel Parreira Fialho, a quem incumbe a função de prestar os esclarecimentos julgados necessários sobre os assuntos submetidos a deliberação.-----

Esteve também presente o Coordenador Técnico José Francisco Ribeiro Roque, trabalhador designado para secretariar as reuniões do Órgão Executivo Colegial.-----

A reunião teve início às nove horas e trinta minutos, depois dos membros da Câmara em cima enunciados terem tomado os seus lugares e se verificar existir quórum.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

Cumprimento do disposto no art.º 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

(Em cada sessão ou reunião ordinária dos órgãos das autarquias locais é fixado um período de antes da ordem do dia, com a duração máxima de 60 minutos, para tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico). -----

A Sr.^a Vereadora Jacinta Grilo perguntou qual o ponto da situação relativamente ao surto da Covid-19 na freguesia de Vila Alva, atendendo aos casos que foram diagnosticados.

O Sr. Presidente da Câmara respondeu que não se pode falar ainda em surto porque apenas dois casos estão identificados. Informou que serão feitos mais testes. Referiu que há de facto preocupação com a situação atendendo à existência do Lar da Santa Casa da Misericórdia, mas para já não há registos de outras situações.

A Senhora Vereadora Noémia Ramos deu conhecimento das precauções que estão a ser tomadas relativamente à população escolar e à proximidade familiar de alguns alunos com os casos conhecidos.

BALANCETE DE TESOURARIA REFERENTE AO DIA 15 DE SETEMBRO DE 2020: € 668 931,38. -----

ORDEM DO DIA: -----

1. INFORMAÇÃO ACERCA DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE CUBA “. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 37/2020, dos Serviços Financeiros enquadramento de acordo com o estipulado na alínea c) do nº2 do artigo 25º da Lei 75/2013 de 12 Setembro. a situação financeira do município se retrata da seguinte forma: -----

Execução Orçamental: -----

O total das Disponibilidades (Valores em numerário e depósitos em bancos) é de € 298.594,09 à data de 31/08/2020; -----

Os pagamentos efetuados à data de 31/08/2020 possuem o valor de € 3.421.377,52 para Despesas Correntes e € 717.179,37 para Despesas de Capital. A despesa apresenta um grau de execução de 55,45% no que diz respeito a despesa corrente, período corrente e 10,29% a despesa de capital, período corrente. Sendo a execução global de 31,63%. -----

As receitas cobradas pelo Município à data de 31/08/2020 ascendem a €3.159.208,35 no que diz respeito à receita corrente, e €1.114.256,79 receita de capital. A receita apresenta um grau de execução de 59,13% relativamente à receita corrente, período

corrente e 21,22% à receita de capital, período corrente. Sendo a execução global de 40,25%. Encontra-se por cobrar €352.148,05; -----

O saldo de execução orçamental à data de 31/08/2020 é de 297.227,39€; -----

A cabimentação atingiu à data 97,13 % no que diz respeito a despesa corrente e 85,87%, no que diz respeito à despesa de capital; -----

Os compromissos assumidos no exercício em despesa corrente situam-se em € 4.602.186,44 e em despesa de capital €3.453.216,34 e representam relativamente ao orçamento corrigido 92,38% e 62,10% respetivamente. -----

No que diz respeito a obrigações por pagar, ascendem a € 367.938,27 sendo: €275.610,05 - Despesa corrente -----

€ 92.328,22 - Despesa capital -----

Limites ao Endividamento: -----

De acordo com o estipulado na alínea b) do nº3 do artigo 52º da Lei 73/2013 de 3 Setembro: -----

“A dívida total das operações orçamentais do município e das entidades previstas no artigo 54º, da lei nº73/2013, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores”. --

A dívida total das operações orçamentais do município engloba os empréstimos, tal como definidos no nº1 do artigo 49º, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais. -----

Limite da dívida total para 2020: -----

Limite da dívida total 2020(1,5*média da receita corrente líquida dos últimos 3 anos) :

Receita corrente líquida 2017	Receita corrente líquida 2018	Receita corrente líquida 2019	Total	Média da receita corrente líquida
(1)	(2)	(3)	(4)=(1)+(2)+(3)	(5)=(4)/(3)
4.718.520,06	5.014.337,73	4.863.174,82	14.596.032,61	4.865.344,20

Limite da dívida total: €7.298.016,30

Situação do Município em 01-01-2020 : -----

Total dívida terceiros	Contribuição SM/AM/SEL	Dívida total	FAM +Dívidas Não Orçamentais	Dívida Total Excluindo FAM +Op.
------------------------	------------------------	--------------	------------------------------	---------------------------------

				Tesouraria
(2)	(3)	(4)=(2)+(3)	(5)	(6)
2.407.236,02	54.278,39	2.461.514,41	18.955,04	2.442.559,37

Situação do Município em 31-08-2020: -----

Total dívida terceiros	Contribuição SM/AM/SEL	Dívida total	FAM +Dívidas Não Orçamentais	Dívida Total Excluindo FAM +Op. Tesouraria
(2)	(3)	(4)=(2)+(3)	(5)	(6)=(4)-(5)
2.469.206,22	66.524,41	2.535.730,63	10.219,95	2.525.510,68

O montante da dívida das associações de municípios e da empresa municipal, que contribuem para o cálculo da dívida do Município, são: -----

AMCAL (participação de 22,05%): €6.123,66 -----

AMGAP :€0,00; -----

CIMBAL (participação de 3,91%): €60.400,75; -----

Centro de Estudos Diogo Dias Melgaz, Unipessoal (participação de 100%):€ 0,00 -----

Verifica-se que o Município se encontra numa situação de cumprimento em relação à dívida total. -----

Em relação à dívida conjunta foi tido em consideração a informação relativa ao 2º trimestre de 2020 fornecida pelas entidades participadas. -----

Pagamentos em atraso: -----

De acordo com o estipulado, na Lei nº 8/2012, “a execução orçamental não pode conduzir, em qualquer momento, a um aumento dos pagamentos em atraso.” -----

No que diz respeito ao período em análise, não possui o Município pagamentos considerados em atraso. -----

Fundos Disponíveis: -----

Os Fundos disponíveis do período foram de:€196.147,06, tendo sido todos absorvidos até final do mês, €193.757,00. -----

Equilíbrio Orçamental: -----

No que diz respeito à regra do equilíbrio orçamental, de acordo com o que estabelece o art.º 7.º da Lei n.º 6-B/2020, de 10 de abril, encontra-se a mesma suspensão. -----

Do atrás exposto conclui-se: -----

- No que diz respeito à dívida por cobrar verifica-se um aumento em relação ao saldo inicial. Deve ser reanalisada esta situação e adotadas medidas corretivas, uma vez que em termos absolutos o aumento verificado é de €57.858,32. Os montantes em execução fiscal não tem diminuído encontrando-se alguns dos processos em análise nos serviços jurídicos. Acresce também justificar que a adoção de medidas extraordinárias, no âmbito da pandemia- Covid-19 , tomadas pelo órgão executivo , na sua reunião ordinária de 01-04-2020, relevam para o aumento da dívida;
- O município encontra-se à data com um grau de execução orçamental da receita abaixo da média, relativamente a períodos homólogos;
- O município encontra-se à data com elevada execução orçamental da despesa corrente, no que diz respeito a cabimentos e compromissos, por força da execução orçamental e da lei dos compromissos cujo horizonte é de 6 meses;
- Não existem pagamentos em atraso;
- No que diz respeito à dívida total, verifica se um acréscimo de 3,8%;

A Câmara tomou conhecimento. -----

2. INFORMAÇÃO ACERCA DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE CUBA - LIMITES AO ENDIVIDAMENTO: -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 38/2020, dos Serviços Financeiros enquadramento de acordo com o estipulado na alínea b) do nº 3 do artigo 52º da Lei 73/2013 de 3 Setembro a situação financeira do município relativamente aos limites do endividamento que se retrata da seguinte forma: -----

“A dívida total das operações orçamentais do município e das entidades previstas no artigo 54º, da lei nº73/2013, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores”. ---

A dívida total das operações orçamentais do município engloba os empréstimos, tal como definidos no nº1 do artigo 49º, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais. -----

Limite da dívida total para 2020: -----

Limite da dívida total 2020(1,5*média da receita corrente líquida dos últimos 3 anos) : -----

Receita corrente líquida 2017	Receita corrente líquida 2018	Receita corrente líquida 2019	Total	Média da receita corrente líquida
(1)	(2)	(3)	(4)=(1)+(2)+(3)	(5)=(4)/(3)

4.718.520,06	5.014.337,73	4.863.174,82	14.596.032,61	4.865.344,20

Limite da dívida total: €7.298.016,30

Situação do Município em 31-08-2020: 2.525.510,68€

Total dívida terceiros	Contribuição SM/AM/SEL	Dívida total	FAM +Dívidas Não Orçamentais	Dívida Total Excluindo FAM +Op. Tesouraria
(2)	(3)	(4)=(2)+(3)	(5)	(6)
2.469.206,22	66.524,41	2.535.730,63	10.219,95	2.525.510,68

O montante da dívida das associações de municípios e da empresa municipal, que contribuem para o cálculo da dívida do Município, são: -----

AMCAL (participação de 22,05%): €6.123,66 -----

AMGAP :€0,00; -----

ANMP:€0,00; -----

CIMBAL (participação de 3,91%): €60.400,75; -----

Centro de Estudos Diogo Dias Melgaz, Unipessoal (participação de 100%):€0,00 -

Margem absoluta em 31-08-2020:€4.772.505,62; -----

Margem utilizável em 31-08-2020:€ 954.501,12 -----

Ressalva-se que mediante a publicação da Lei n.º 35/2020, de 13 de Agosto, nos anos de 2020 e 2021 não se aplicará a regra relativa à margem dos 20%. -----

Anexo: Mapa de Apuramento da Capacidade de Endividamento (modelo do Tribunal de Contas) e Mapa do Apuramento da situação de endividamento (Anexo III , modelo do Tribunal de Contas) -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

3. REVISÃO N.º 2 AO ORÇAMENTO E GOP'S 2020 -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 39/2020, dos Serviços Financeiros apresentando o documento em título: -----

Para efeito de execução orçamental do exercício de 2020 e porque a matéria em causa nos parece ser de importância, vimos trazer ao conhecimento de V. Exas os factos que a seguir se descrevem, solicitando a melhor tomada de decisão sobre os mesmos, no sentido de ser dado cumprimento ao estipulado no Dec. Lei nº 192/2015, de 11 de

Setembro. -----

Modificações ao Orçamento -----

De acordo com o enumerado na alínea b) do nº1 do artigo 17 do Dec-Lei nº192/2015, o ponto 8.3.1 do POCAL, não foi revogado, pelo que se mantém as regras em SNC inerentes às modificações do orçamento iguais. Assim, no ponto 8.3.1 constam as diversas formas legalmente assumidas com vista à modificação deste documento, ou, seja, as revisões e as alterações. -----

As revisões orçamentais têm lugar quando houver um aumento do valor global da despesa prevista, salvo se tratar de receitas legalmente consignadas, empréstimos contratados ou a entrada em vigor da nova tabela de vencimentos, casos em que a modificação assume a forma de alteração orçamental. Na revisão ao orçamento podem ser utilizadas, para além das anteriormente referidas, as seguintes contrapartidas: o saldo apurado da gerência anterior, o excesso de cobrança em relação á totalidade das receitas previstas no orçamento ou outras receitas que as autarquias estejam autorizadas a arrecadar. -----

A inscrição de novas rubricas da despesa no orçamento, de novos projetos ou ações a nível das GOP'S resultantes da diminuição ou anulação de outras dotações, leva à necessidade da elaboração, apreciação e aprovação de uma revisão orçamental. -----

Os reforços de dotações da despesa resultantes da diminuição ou anulação de outras dotações, consubstanciam-se em transferências inter-rubricas da despesa. -----

No que se refere à matéria de transferências inter-rubricas da despesa, mostra-se necessário explicitar determinados condicionantes: -----

- Dar cumprimento aos princípios orçamentais e regras previsionais adequados à matéria em causa; -----

- Destrinça e referência das transferências entre contas orçamentais, aceitáveis no âmbito das alterações, a ter em consideração: -----

Situação que se mostra pacífica, entre rúbricas da despesa corrente (origem) e as de capital (destino); -----

Situação limitada e de carácter excecional, na relação entre a conta de capital (origem) e as de natureza corrente (destino). -----

Face ao exposto, uma autarquia, desde que cumpra as regras previsionais e os princípios orçamentais estabelecidos, designadamente o princípio corrente, pode,

através de uma alteração orçamental, reforçar dotações de despesa por diminuição ou anulação de outras dotações de despesa. -----

Assim, é pacífico, proceder ao reforço de dotações de capital por diminuições de dotações correntes, o que não é porém extensivo quanto ao reforço de dotações das despesas correntes pela diminuição das de capital, sempre que o princípio do equilíbrio orçamental de natureza corrente for por força dessa modificação violado. -----

Respeitando o princípio do equilíbrio orçamental, a anulação de verbas da despesa de capital para reforço da despesa corrente não é correta, não se revelando uma boa regra de gestão na medida em que se traduz num desinvestimento, contudo, poderá, em situação limite e devidamente justificada, ocorrer sem se verificar desinvestimento. É o caso de uma autarquia local que, a meio do exercício, se decida por executar um dado projeto, inicialmente previsto realizar por empreitada, por administração direta, o que não é o caso. -----

De acordo com a alínea b) do artigo único do decreto-lei nº84-A/2002, as previsões de valor superior de receita de fundo comunitário aprovado, não podem ser utilizadas como contrapartida de alterações orçamentais para outras dotações. Existindo em projetos plurianuais, excesso de dotação para o ano em curso, o correto é efetuar reduções de orçamento, quer a nível da receita, quer a nível da despesa, o que não é o caso; -----

Na revisão nº2, os reforços no orçamento da despesa ocorreram p/ fazer face à assunção de novos compromissos. A nível do pessoal foram efetuados alguns ajustamentos. -----

O Plano Plurianual de Investimentos sofreu modificações nos seguintes projetos: -----

01 111 2002/1 ações 7 e 11- O reforço ocorreu para fazer face a transferência entre rubricas (aquisição de hardware); -----

01 111 2002/4- O reforço ocorreu para fazer face à aquisição de hidrovares, de corta sebe, uma grade de discos e extrator de poeiras para a carpintaria; -----

01 111 2002/6- O reforço ocorreu para fazer face à aquisição de grampos de coferragem; -----

01 111 2018/8- O reforço ocorreu para fazer face à aquisição de um ar condicionado;

02 232 2016/4- O reforço ocorreu para fazer face a retificação da dotação inicial;

02 251 2018/4 ação 1- O reforço ocorreu para fazer face ao valor do investimento

equacionado para o projeto; -----

02 252 2002/53 ação 1- O reforço ocorreu para fazer face à transferência entre rubricas da despesa relacionada com a aquisição de cadeiras p/ a bancada do campo de futebol de Cuba; -----

02 252 2003/8 ações 1 e 3- O reforço ocorreu para fazer face ao valor do investimento equacionado para o projeto; -----

02 252 2020/4 ação 4- O reforço ocorreu para fazer face à transferência entre rubricas da despesa relacionada com a aquisição de cadeiras p/ a bancada do campo de futebol de Faro do Alentejo; -----

03 320 2002/59 ação 1- O reforço ocorreu para fazer face à aquisição de projetor ; ----

03 331 2002/61 ação 1- O reforço ocorreu para fazer face à aquisição de inertes e cola asfáltica; -----

03 331 2002/64- O reforço ocorreu para fazer face à aquisição e reparação de sinalização; -----

03 331 2019/12 ação 1- O reforço ocorreu para fazer face a transferência entre rubricas da despesa; -----

03 342 2015/4 ação nº3- O reforço ocorreu para fazer face ao valor do investimento equacionado para o projeto; -----

As Actividades Mais Relevantes sofreram modificações(reforços) nos seguintes projectos: -----

01 121 2002/5009 e 5010- O reforço ocorreu para fazer face a acertos de cabimentação relacionados com o protocolo; -----

01 121 2002/5008 ações 1,2,4, 5 e 6- O reforço ocorreu para fazer face a novos compromissos relacionados com o projeto e para efetuar transferência entre rubricas;

02 211 2004/5015- O reforço ocorreu para fazer face a acertos de cabimentação relacionados com o protocolo; -----

02 211 2007/5004 ação 1- O reforço ocorreu para fazer face à aquisição de consumíveis para a CPCJ; -----

02 211 2009/5002 ação 1 –O reforço ocorreu para fazer face a acertos de cabimentação relacionados com o contrato-programa; -----

02 211 2010/5006- O reforço ocorreu para fazer face a acertos de cabimentação relacionados com o protocolo; -----

02 212 2014/5004- O reforço ocorreu para fazer face a novos compromissos relacionados com o projeto; -----

02 232 2014/5002 ações 5 e 6- O reforço ocorreu para fazer face a novos compromissos relacionados com o projeto ; -----

02 232 2014/5014 ação 1- O reforço ocorreu para fazer face a novos compromissos relacionados com o projeto; -----

02 232 2016/5007- O reforço ocorreu para fazer face a despesa relacionada com o projeto Cuba +Jovem; -----

02 232 2018/5004 ação 1- O reforço ocorreu para fazer face a despesa relacionada com a atividade; -----

02 244 2018/5001-- O reforço ocorreu para fazer face a novos compromissos relacionados com o projeto; -----

02 245 2002/5028- O reforço ocorreu para fazer face novos compromissos relacionados com o projeto ; -----

02 251 2002/5035- O reforço ocorreu para fazer face a reforços de cabimentação relacionado com um protocolo; -----

02 251 2016/5001 ações 2 e 5- O reforço ocorreu para fazer face a novos compromissos relacionados com o projeto e com as atividades previstas; -----

02 251 2016/5002 ações 1,2 e 4- O reforço ocorreu para fazer face a novos compromissos relacionados com o projeto e com as atividades previstas; -----

02 251 2020/5010 ação 1- Foi criado o projeto p/ fazer face ao pagamento do júri do concurso do prémio literário Fialho de Almeida; -----

02 251 2020/5011 e 5012- Foram criados os projetos p/ fazer face à edição de livros;

03 341 2002/5050 ações 4 e 7- O reforço ocorreu para fazer face a transferência entre rubricas, (despesa relacionada com a iniciativa que assinalou a data da realização da feira anual de Cuba); -----

03 342 2015/5012- O reforço ocorreu para fazer face a acertos de cabimentação; -----

04 420 2002/5058 ação 1 - O reforço ocorreu para fazer face a acertos de cabimentação relacionada com protocolos; -----

04 420 2002/5061 ação 1- O reforço ocorreu para fazer face a acertos de cabimentação relacionada com as transferências mensais; -----

04 420 2004/5002 ação 1- O reforço ocorreu para fazer face às transferências p/

reforço de capital da AGDA. -----

A Câmara, por maioria, com a abstenção dos Vereadores do PS, deliberou aprovar a 2.ª Revisão ao Orçamento e GOP's de 2020 e remeter o documento para a Assembleia Municipal. -----

4. DEPOSIÇÃO ILEGAL DE RESÍDUOS DE DEMOLIÇÃO E CONSTRUÇÃO EM TERRENO PRIVADO. -----

Foi-presente à Câmara a Informação n.º 74/2020, do SAJAI, enquadrando juridicamente a ação em título, com o propósito de informar os munícipes sobre o impacto deste tipo de atitudes. ---

Quid jûris? -----

O regime das operações de gestão de resíduos resultantes de obras ou demolições de edifícios ou de derrocadas, abreviadamente designados resíduos de construção e demolição ou RCD, foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março, com as alterações que lhe foram introduzidas. -----

Estabelece este diploma legal, no n.º 1 do seu art.º 3.º que *"A gestão dos RCD é da responsabilidade de todos os intervenientes no seu ciclo de vida, desde o produto original até ao resíduo produzido, na medida da respetiva intervenção no mesmo, nos termos do disposto no presente decreto-lei"*. Porém, quando se desconhece a identidade do produtor desses resíduos, a responsabilidade pela respetiva gestão recai sobre o seu detentor, conforme determina o n.º 3 do referido artigo. -----

Nestes casos, quando não é possível apurar a identificação do produtor dos resíduos depositados ilegalmente em terreno privado, a responsabilidade pela gestão dos mesmos é do proprietário do terreno, que deve proceder ao seu encaminhamento para operador de gestão licenciado, nos termos do n.º 2 do art.º 8.º. -----

Mais cumpre-nos informar que constitui contraordenação ambiental muito grave o abandono e a descarga de RCD em local não licenciado ou autorizado para o efeito (*vide* n.º 1 do art.º 18.º), mas face ao desconhecimento da identificação do(s) infrator(es) não será possível instaurar o respetivo processo de contraordenação, nos termos estatuídos no n.º 2 do art.º 277.º do Código do Processo Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 78/87, de 27 de fevereiro, na sua redação atual, aplicável aos processos de contraordenação por força do disposto no n.º 1 do art.º 41.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na sua redação atual, conjugado com o n.º 1 do art.º 2.º da Lei n.º 5072006, de 29 de agosto, na redação atual. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

5. PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE RECONHECIMENTO E PROTEÇÃO DE ESTABELECIMENTOS E ENTIDADES DE INTERESSE HISTÓRICO E CULTURAL OU SOCIAL LOCAL -----

Na sequência da deliberação tomada pelo órgão executivo, em sua reunião extraordinária de 17/12/2019, procedeu-se à elaboração do projeto de Regulamento Municipal de Reconhecimento e Proteção de Estabelecimentos e Entidades de Interesse Histórico e Cultural ou Social Local, o qual foi submetido a consulta pública, pelo período de 30 dias a contar da sua publicação no Diário da República, II Série, n.º 16, de 23/01/2020, conforme determina o art.º 101.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei nº 4/2015, de 7 de janeiro. -----

De igual modo, foi o referido projeto de regulamento, em cumprimento do disposto no art.º 3.º do Decreto-Lei nº 48/96, de 15 de maio, na sua redação atual, submetido a parecer da Direção-Geral do Património Cultural, conforme determina o art.º 5.º da Lei n.º 42/2017, 14/06. -----

Findos os prazos de consulta pública e de pronúncia da entidade acima enunciadas verificou-se não terem sido apresentadas quaisquer pronúncias, tendo a Direção-Geral do Património Cultural emitido parecer favorável, conforme comunicação que se junta. Nesta conformidade, deve V. Exª, Sr. Presidente, no âmbito da competência plasmada na alínea o) do n.º 1 do art.º 35.º (competite ao presidente da Câmara estabelecer e distribuir a ordem do dia das reuniões) da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, remeter o presente projeto de regulamento à Câmara Municipal, para que esta exerça a competência prevista na alínea k) do n.º 1 do art.º 33.º da citada lei (Competite à Câmara Municipal elaborar e submeter à aprovação da assembleia municipal os projetos de regulamentos externos do município) e o submeta à aprovação da Assembleia Municipal (*vide* competência prevista na alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º da lei enunciada – Competite à Assembleia Municipal Aprovar as posturas e os regulamentos com eficácia externa do município). -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou remeter o projeto de Regulamento à Assembleia Municipal nos termos vertidos no último parágrafo da Informação n.º 73, do SAJAI. -----

6. AÇÃO SOCIAL ESCOLAR - ATRIBUIÇÃO DE AUXÍLIOS ECONÓMICOS A ESTUDANTES - EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO - REFORÇO DE VERBA PARA O ALARGAMENTO DA ENTREGA DE REFEIÇÕES GRATUITAS A ALUNOS DO PRÉ-ESCOLAR E 1.º CICLO DO ESCALÃO B, DE ACORDO COM A DELIBERAÇÃO DE CÂMARA Nº 9 DE 01/04/202 - ANO LETIVO 2020/2021. -----

Foi presente à Câmara a informação n.º 16/2020, do Serviço de Ação educativa, cujo conteúdo se transcreve: -----

Na reunião de Câmara de 01/04/2020 foi aprovada uma proposta do Sr. Presidente com a adoção de várias medidas extraordinárias, onde constava na alínea "c) Alargamento da entrega de refeições gratuitas a alunos do Pré-escolar e 1.º ciclo do escalão B". -----

Entre outras, esta medida extraordinária foi aprovada com efeitos a partir da data da sua aprovação até à sua revogação e até à data de hoje não foi revogada, contudo, os apoios atribuídos para o novo ano letivo 2020/2021, nas reuniões do órgão executivo de 05 e 19 de agosto de 2020 foram cabimentados com os valores normais. -----

Assim, acresce ao encargo financeiro com as refeições do escalão B, comparticipadas na totalidade pela autarquia, um valor estimado de 4.591,35 €, para o ano letivo 2020/2021, sendo que por prudência para o 1.º período do ano letivo 2020/2021 o valor estimado a acrescer será de 1.718,25€. -----

Para cumprimento do disposto na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, deve ser averiguada a disponibilidade financeira para a comparticipação que cabe ao município, mediante a emissão da informação de cabimento e do compromisso sequencial devidos. -----

A Câmara, por unanimidade, no âmbito das competências que lhe são cometidas pela alínea hh) do n.º 1, do art. 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação atual, em matéria de Ação Social Escolar - Educação Pré-escolar e 1.º Ciclo do Ensino Básico no que respeita a alimentação, deliberou aprovar o reforço da verba para o alargamento da entrega de refeições gratuitas a alunos do Pré-escolar e 1.º Ciclo do escalão B, até à revogação da medida. -----

Handwritten signatures and initials in blue ink, including "Nº 9", "Escalão B", and "FW".

7. AÇÃO SOCIAL ESCOLAR - ATRIBUIÇÃO DE AUXÍLIOS ECONÓMICOS A ESTUDANTES - EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO - APOIO PARA A AQUISIÇÃO DE LIVROS E/OU MATERIAL ESCOLAR, REFEIÇÕES E TRANSPORTE ESCOLAR - ANO LETIVO 2020/2021 - CANDIDATURAS EXTEMPORÂNEAS. -----

Foi presente à Câmara a informação n.º 18/2020, do Serviço de Ação educativa, cujo conteúdo se transcreve: -----

Decorrido o prazo normal de candidaturas, foram apresentados 11 pedidos, para os apoios em epígrafe, de acordo com os quadros em anexo. -----

De acordo com o n.º 4 do artigo 3º do Regulamento de ASE, 10 requerimentos extemporâneos foram aceites, atendendo aos motivos apresentados (transferência de escola, alteração de residência e matrículas automáticas). Destaca-se 1 requerimento que por não se enquadrar no n.º 2 do art. 5.º do Regulamento Municipal de concessão de Auxílios Económicos, não reúne as condições para atribuição, pois está posicionado no IV esc. do Abono de Família, conforme quadro IV. -----

Quanto os restantes, são alunos pertencentes a agregados familiares integrados no 1.º de rendimentos, determinados para efeitos de atribuição do abono de família. -----

Assim, têm direito aos apoios em cantina, livros e/ou materiais escolares e transportes, os alunos constantes nos quadros I (Educação Pré-escolar) e II (1.º Ciclo), e III, anexos a esta informação. -----

Mais se informa que o encargo financeiro com as refeições tem um valor estimado de 1.804,32 €, sendo que por prudência para o 1.º período do ano letivo 2020/2021 o valor estimado será de 675,36€ e o encargo financeiro para o apoio em livros e/ou materiais escolares, para o 1.º Ciclo, tem um valor de 150€. -----

O pagamento do apoio em livros e/ou materiais escolares, para o 1.º Ciclo será feito à entidade fornecedora dos materiais e/ou livros escolares, neste caso concreto à "Papelaria Articor", por meio de cheque ou outro meio de pagamento. -----

Para cumprimento do disposto na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, deve ser averiguada a disponibilidade financeira para a comparticipação que cabe ao município, mediante a emissão da informação de cabimento e do compromisso sequencial devidos. -----

Toda a documentação para instrução das candidaturas encontra-se arquivada na respetiva pasta no Serviço de Educação. -----

A Câmara, por unanimidade, no âmbito das competências que lhe são cometidas pela alínea hh) do n.º 1, do art. 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação atual, em matéria de Ação Social Escolar - Educação Pré-escolar e 1.º Ciclo do Ensino Básico no que respeita a alimentação, atribuição de auxílios económicos e transportes a estudantes, para ano letivo 2020/2021, deliberou considerar as candidaturas apesar de extemporâneas. -----

8. COMPENSAÇÃO DE CRÉDITOS E DÉBITOS DA CENÁRIOAGOSTO, UNIPESSOAL, LDA.

Na sequência da n/ Informação Jurídica n.º 70/2020, deliberou a Câmara Municipal, em sua reunião ordinária de 02/09/2020, *"Nos termos do n.º 1 do art.º 848.º do CC, declarar a compensação do crédito da Cenárioagosto, Unipessoal, Lda, no valor de 330,00 € sobre o seu débito no valor de 3.226,66 €, ficando o remanescente - 2.896,66 € - em débito para com o Município de Cuba"*. -----

Vieram, agora, os Serviços Financeiros informar o seguinte: *"No âmbito do assunto em epígrafe, verifica-se que a deliberação do órgão executivo relativamente ao Cenárioagosto foi referente à dívida inicial no valor de 330,00€, quando deveria ser no valor de 607,60€ (dívida existente à data de 25/08/2020), conforme consta no e-mail anterior. Face ao exposto, e uma vez que já temos as guias emitidas, solicita-se à Dra. que seja corrigida a deliberação com a maior brevidade"*. -----

Resulta, pois, que os valores corretos são: -----

- 1) O crédito da Cenárioagosto, Unipessoal, Lda, é de 607,60 €, e não de 330,00 €; -----
- 2) O débito da Cenárioagosto, Unipessoal, Lda, é de 3.228,64€, e não de 3.226,66 €.

Nesta conformidade, atento o interesse público na compensação dos créditos e débitos indicados, deve V. Ex.ª, no âmbito da competência vertida na alínea o) do n.º 1 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, remeter o presente assunto para que a Câmara Municipal delibere: -----

a) Retificar a sua deliberação tomada, na reunião ordinária de 02/09/2020, no sentido de, nos termos do n.º 1 do art.º 848.º do CC, declarando a compensação do crédito da Cenárioagosto, Unipessoal, Lda, no valor de 607,60 € sobre o seu débito no valor de 3.228,64€, em vez de 3.226,66 €, ficando o remanescente – 2.621,04 € - em débito para com o Município de Cuba. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou proceder à retificação da deliberação

anteriormente tomada. -----

9. AGC - ASSOCIAÇÃO GALGUEIRA DE CUBA. PEDIDO DE CEDÊNCIA DE MATERIAL. PEDIDO DE LICENÇA PARA REALIZAÇÃO DE DUAS PROVAS DE CORRIDA DE GALGOS NOTURNAS. -----

Solicita a AGC para além da autorização para realização de duas provas de corrida de galgos, no dia 12 de setembro das 18,00 horas à 1,00 hora e dia 26 de setembro, das 9,00 horas às 17,00 horas, o apoio logístico habitual que permita essa realização. -----

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente que deferiu a pretensão da requerente -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *“Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

10. BRUNO MIGUEL DA COSTA PARREIRA. PEDIDO DE PAGAMENTO DE DÍVIDA DE ÁGUA EM PRESTAÇÕES. LOCAL DE CONSUMO: RUA VISCONDE DA ESPERANÇA, N.º 48, EM CUBA. -----

Solicita o Sr. Bruno Miguel da Costa Parreira, consumidor de água no prédio sito na Rua Visconde da Esperança n.º 48, em Cuba, a possibilidade de poder proceder ao pagamento da quantia de € 96,44, proveniente de consumo no local indicado, que se encontra em dívida, em duas prestações mensais, dado que, de momento, não tem condições para efetuar o pagamento na totalidade. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com a Informação n.º 47/2020, da Subunidade Administrativa e com base no disposto no art.º 196.º do CPPT (DL n.º 433/99, de 26 de outubro), na sua versão atualizada, deliberou atender a pretensão do requerente possibilitando o pagamento de forma fracionada, alertando para o facto de que o incumprimento no pagamento de uma dessas prestações pressupõe a liquidação de toda a dívida. -----

11. NUNO VILA NOVA. PEDIDO DE CERTIDÃO COMPROVATIVA DE EXISTÊNCIA DE CONSTRUÇÃO ANTERIOR A 7 DE AGOSTO DE 1951 E ENQUADRAMENTO EM PDM DOS PRÉDIOS RÚSTICOS N.ºS 21 E 22 DA SECÇÃO D DE VILA ALVA. PRÉDIO URBANO N.º 507 DE VILA ALVA – “QUINTA DE S. JOSÉ”. -----

Vem o requerente solicitar a emissão de certidão comprovativa de existência de construção anterior a 7 de Agosto de 1951 (data de publicação do Regulamento Geral das Edificações Urbanas) e também o enquadramento em PDM da propriedade acima identificada; -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou certificar o seguinte: -----

Do respetivo enquadramento em PDM, de acordo com a Planta de Ordenamento, verifica-se estar o local inserido essencialmente em *Áreas de proteção e valorização ambiental, constituídas por montado de azinho e outras áreas a afetar a sistemas florestais ou silvo-pastoris com funções predominantes de proteção e recuperação, e em área de aptidão agrícola dominante*; -----

De acordo com a Planta de Condicionantes, do mesmo plano, há a registar interferência muito pontual com solos de RAN (Reserva Agrícola Nacional) a Nordeste e a Sul do prédio n.º 22-D e de REN (Reserva Ecológica Nacional) na quase totalidade das áreas; -----

Nos termos do disposto no regulamento do PDM, designadamente, no n.º 3 do art.º 74.º, *só se admitem novas construções desde que se destinem às atividades agrícola e florestal, para residência própria do proprietário-agricultor de exploração agrícola respeitando as condições enunciadas no n.º 3 do artigo 74.º do presente regulamento, bem como as destinadas a atividades e empreendimentos turísticos previstos no artigo 60.º deste regulamento, nos seguintes termos*: -----

- i) O requerente é agricultor, nos termos regulamentares sectoriais, responsável pela exploração agrícola e proprietário do prédio onde se pretende localizar a habitação, facto que deve ser comprovado pelas entidades competentes*; -----
- ii) A área mínima do prédio não poderá ser inferior a 4 hectares, sendo excecionada até aos 2 hectares nas freguesias de Vila Alva e Vila Ruiva pela forte presença de pequena propriedade.* -----

Não obstante o atrás referido, dentro dos limites da Reserva Ecológica (REN), e tendo

como base o respetivo regime jurídico fixado pelo *Decreto-Lei n.º 239/2012 de 2 de Novembro*, e *Portaria n.º 419/2012 de 20/12*, há um conjunto de requisitos legais que deverão ser verificados, mediante emissão de parecer vinculativo da Comissão de Coordenação Regional (CCDRA); -----

O regime jurídico da RAN atualmente regulado pelo Decreto-Lei n.º 199/2015 de 16 de Setembro, dispõe no seu artigo 22.º, que “ as utilizações não agrícolas de áreas integradas na RAN só podem verificar -se quando, cumulativamente, não causem graves prejuízos para os objetivos a que se refere o artigo 4.º e não exista alternativa viável fora das terras ou solos da RAN, no que respeita às componentes técnica, económica, ambiental e cultural, devendo localizar -se, preferencialmente, nas terras e solos classificados como de menor aptidão, e quando estejam em causa” um conjunto de obras, onde se encontram os Empreendimentos de turismo no espaço rural e de turismo de habitação, bem como empreendimentos reconhecidos como turismo de natureza, complementares à atividade agrícola. As ações construtivas que venham futuramente a ter lugar, carecerão de parecer vinculativo da entidade regional de RAN; No local verifica-se efetivamente a existência de uma horta (Quinta de S. José) com pomar e várias construções de natureza agrícola anexas à habitação principal da quinta; -----

A secção cadastral anexa, que faz parte do CGPR, do anterior IGC (a partir dos anos 30 do séc. XX), representa dentro do limite do prédio, a existência da habitação e dessas construções anexas bem como os limites físicos da Quinta de S. José; -----

A matriz arquitetónica da habitação e respetivo sistema construtivo é característico das décadas de 20/30 do séc.XX, tendo sido obra da autoria do renomado arquiteto Manuel Joaquim Norte Junior (1878-1962), distinguido com vários prémios Valmor, desde 1905. -----

12. ANTÓNIO BATISTA CAIXEIRO. PEDIDO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO. -----

Solicita o requerente a emissão de licença especial de ruído, para a realização de uma festa de casamento que decorrerá no Salão dos Bombeiros Voluntários de Cuba, no horário compreendido entre as 21.00h do dia 17 e as 6,00 horas do dia 18 de outubro de 2020. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na Informação n.º 46/2020, da Subunidade

Administrativa, deliberou, atento o disposto no artigo 13.º n.º 2 alínea b) da Resolução de Conselho de Ministros n.º 70-A/2020, de 11 de setembro, solicitar à Direção Geral de Saúde, parecer sobre os termos condições e horários em que o evento deverá ocorrer. -----

13. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA EXTINÇÃO DE PROCESSOS DE EXECUÇÃO FISCAL NO SEF. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 48/2020, da Subunidade Administrativa, cujo teor se transcreve: -----

“Junto remeto um conjunto de processos para os quais se solicita autorização para a sua extinção. Os referidos processos (à exceção do último) foram sujeitos a deliberação de Câmara que aprovou os pagamentos através da constituição de planos de pagamento em prestações. -----

- Francisco António Valente -----
- Maria Carlota José Branco Baltazar -----
- Maria da Conceição Cláudia Ximenes Cardeira -----
- Mário Nuno Correia Tavares -----
- Odete Augusta Caracinha Fragoso -----
- Sérgio Manuel Vicente Guerreiro -----
- Yolanda Aldegonda Kerkofs -----

Ao longo do tempo fomos detetando algumas falhas na aplicação SEF que resultam dos cálculos dos juros e das custas em função do valor da dívida. Recorde-se que o valor da unidade de conta para 2020 é de € 102,00 e que a câmara permite o fracionamento das dívidas abaixo deste valor. -----

Aquando da elaboração dos planos de pagamento a aplicação calcula valores que depois na prática não correspondem aos inicialmente previstos nas simulações que operamos. -----

Os desfasamentos são perceptíveis nos mapas de detalhes dos pagamentos, onde é fácil verificar a discordância entre os valores pagos, a pagar e em falta. -----

Assim, considerando que os processos enumerados estão pagos e os valores que surgem em falta resultam de duplicação de cálculos para a taxa de justiça, à exceção do último que foi erro do sistema, ficando por cobrar € 0,20 (vinte centavos), propõe-se

que a Câmara delibere ordenar a sua extinção.” -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou determinar a extinção dos 7 processos aqui referenciados. -----

14. PROJETO DE REVITALIZAÇÃO DA RUA SERPA PINTO, LARGO CÓLON E ZONAS ADJACENTES – LOTE 2, EM CUBA. APROVAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL DO PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO DA EMPREITADA PARA EXECUÇÃO DO PROJETO. PROPOSTA DE INTENÇÃO DE ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 8/2020, do Chefe da UAJDCS, enquadrando o assunto em título, nos seguintes termos: -----

“Como é de conhecimento da estrutura executiva, no passado dia 19 de agosto de 2020, em reunião de Câmara ordinária, atenta a informação n.º 07/2020 do Chefe da UAJDCS, para a qual se remete, a Câmara Municipal deliberou proceder à abertura do concurso público da empreitada de Revitalização da Rua Serpa Pinto, Largo Colón e Zonas Adjacentes – Lote 2, em Cuba. -----

Como já anteriormente se havia mencionado a intervenção proposta está inscrita no Orçamento Municipal de 2020, mediante verba a transferir pelo Alentejo 2020, PARU (Plano de Ação de Regeneração Urbana), conforme protocolo atempada outorgado entre as partes, documento que também foi aprovado pelo Executivo Camarário, em que a despesa elegível é de 922.209,17€, para um Feder de 783.877,79 €, englobando o lote 1 e 2. -----

Na sequência do procedimento concursal, em 04 de setembro de 2020, foi elaborado o Relatório Preliminar, e nessa mesma data colocado na plataforma ACINGOV para, em cumprimento do disposto no artigo 147.º do Código dos Contratos Públicos, e em conformidade com as regras insertas no n.º 1 do art.º 123.º do mesmo diploma, ser tal projeto de decisão do conhecimento de todos os concorrentes ao abrigo do direito de audiência prévia, para que estes, no prazo de cinco dias úteis, contados do dia imediatamente a seguir à publicação deste relatório na plataforma dos contratos públicos, se pudessem pronunciar por escrito sobre o teor. -----

Esse prazo viria a terminar sem que houvesse apresentação de alegações por parte dos concorrentes, razão pelo qual ao abrigo do art.º 148.º do CCP foi elaborado o Relatório Final, em 14 de setembro de 2020.” -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou: -----

1.º - Adjudicar o lote 2 da empreitada à empresa H. Teixeira & Companhia, Lda., que apresentou proposta para este lote no valor de 459.893,50€ (quatrocentos e Cinquenta e nove mil, oitocentos e noventa e três euros e cinquenta cêntimos, acrescidos do IVA à taxa legal de 6%, ou seja, 27.593,61€ (vinte e sete mil quinhentos e noventa e três euros e sessenta e um cêntimos) o que perfaz um valor total de 487.487.11€ (quatrocentos e oitenta e sete mil, quatrocentos e oitenta e sete euros e onze cêntimos); -----

2.º - Para cumprimento da Lei dos Compromissos, aprovado pela Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, nomeadamente o art.º 5.º que menciona os requisitos para assunção de compromissos futuros, apensa-se a ficha de cabimento n.º 32837, a ficha de compromisso n.º 45169, para o ano de 2020, e a ficha de fundos disponíveis n.º 45169 à data do compromisso e refletindo o valor a pagar no ano civil e económico em curso. Vide ANEXO II -----

3.º - Notificar o adjudicatário para proceder à entrega dos documentos de habilitação previstos no art.º 81.º (Registo Criminal, Declaração de Não Dívida à Segurança Social e Declaração de Não Dívida à Autoridade Tributária), no prazo máximo de cinco dias, em conformidade com o ponto 15 do programa do procedimento; -----

4.º - Também ao abrigo do art.º 88.º n.º 1 e 89.º n.º1, ambos do CCP, notificar o adjudicatário para prestar caução no valor de 5%, podendo a mesma ser de 10% se o adjudicatário pretender a dispensa dos 5% adicionais em sede do pagamento de cada um dos autos de medição conforme estabelecido no n.º 1 do art.º 353.º do CCP; -----

5.º - Ao abrigo do art.º 98.º do CCP aprovar a minuta do contrato de empreitada em anexo, da autoria dos Serviços de Apoio Jurídico, e em cumprimento do art.º 100.º também do CCP notificar essa mesma minuta ao adjudicatário, para que o mesmo, querendo se pronuncie sobre o seu teor nos cinco dias subsequentes. Vide ANEXO III.

6.º - Tomar conhecimento que o atual contrato de empreitada a celebrar com a empresa H. Teixeira & Companhia, Lda., no valor de 459.893,50€, está dispensado de visto prévio do Tribunal de Contas, por força do disposto nos n.ºs 1 e 2 do art.º 48.º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, na redação que lhe foi introduzida pelo art.º 7.º da Lei n.º 27-A/2020, de 24 de julho, mesmo levando em linha de conta que a adjudicação do lote 1 lhe está conexo e foi efetuada à Consdep, Engenharia e Construção, S.A., pelo

valor de 442.648,17€, dado que a soma de ambos é inferior a 950.000€. -----

7.º O Gestor do Contrato será o Dr. Vitor Manuel Parreira Fialho, Chefe da Unidade de Apoio Jurídico, Documentação, Cultura e Sociedade. -----

15. BEVAPER, LDA. PROCESSO DE OBRAS N.º 24/2018. -----
ALTERAÇÃO / AMPLIAÇÃO DE EDIFÍCIO INDUSTRIAL. PARQUE EMPRESARIAL –
QUINTA DA GRACIOSA, LOTE 19, EM CUBA. -----

Vem a requerente submeter a apreciação, o projeto de arquitetura para a remodelação e ampliação do edifício industrial sito no lote 19 do Parque Empresarial da Quinta da Graciosa, em Cuba. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o projeto de arquitetura e notificar a requerente, para, de acordo com o disposto no n.º 4, do art.º 20.º, do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, na redação atual do Decreto-Lei n.º 136/2014 de 9 de setembro, apresentar no prazo de 6 meses, a contar da data de notificação da Câmara Municipal, os aditamentos aos projetos das especialidades constantes da informação. -----

16. EMPREITADA DE REVITALIZAÇÃO DA RUA DE SERPA PINTO, EM CUBA.
APROVAÇÃO DO PLANO DE SEGURANÇA, SAÚDE E AMBIENTE EM OBRA. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 119/2020 do Serviço de Urbanismo atestando a conformidade do Plano em título e propondo a sua aprovação. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o Plano de Segurança, Saúde e Ambiente, da empreitada . -----

17. CONSULTA A INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO PARA CONTRATAÇÃO DE UM
EMPRÉSTIMO A LONGO PRAZO NO VALOR DE € 220.000,00, DESTINADO AO
FINANCIAMENTO DO PROJETO DA EMPREITADA DO ECOPARQUE DO ALENTEJO
CENTRAL. RELATÓRIO FINAL. -----

Pelas quinze horas do dia catorze de Setembro de dois mil e vinte, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniram os membros da Comissão de Acompanhamento do Procedimento supra citado, presidida por João Manuel Casaca Português, Presidente da Câmara, coadjuvado pelas vogais, Vítor Manuel Parreira Fialho e Cármen das Dores

da Silva Arrojado Estrela, Técnicas Superiores, a fim de elaborar o respetivo relatório final. -----

A Comissão procedeu oportunamente à análise das propostas admitidas e, em função da aplicação do critério de adjudicação fixado, elaborou um relatório fundamentado sobre o mérito das mesmas, donde resultou propor-se a adjudicação à proposta da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Guadiana Interior, CRL. -----

Oportunamente, a Comissão procedeu à audiência prévia escrita dos concorrentes, tendo os mesmos sido notificados sobre o projecto de decisão final, beneficiado de um prazo de 3 dias úteis para se pronunciarem. -----

Os concorrentes não apresentaram quaisquer reclamações. -----

Consequentemente, e em virtude da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Guadiana Interior, CRL., apresentar a proposta economicamente mais vantajosa, a Comissão delibera manter a sua proposta no sentido de que a contratação do empréstimo supra lhe seja adjudicada. -----

Face ao que antecede, submete-se à apreciação superior o presente relatório e o relatório de análise das propostas. -----

A Comissão de Acompanhamento, -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o Relatório Final da Comissão de Acompanhamento do Procedimento supra citado e remeter o mesmo para o Órgão Deliberativo na sessão de setembro. -----

Aprovação da ata: -----

Em conformidade com o art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para constar lavrou-se a presente ata que foi aprovada, em minuta, por unanimidade, depois de lida em voz alta na presença dos membros da Câmara, que a rubricaram. -----

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião pelas 11 horas 10 minutos. -----

E eu, José Francisco Ribeiro Roque, Coordenador Técnico, redigi a presente ata, que assino com o Senhor Presidente.

O Presidente da Câmara,



O Coordenador Técnico,

